

Políticas públicas da educação especial e inclusiva: Desafios da formação docente para o atendimento educacional especializado

Claudiane Silva Costa

Karina Courel Mauricio

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história a educação sempre esteve tomada por paradigmas que, de algum modo, contribuíram para a exclusão e marginalização dos sujeitos que não se enquadram nos padrões considerados normais para a sociedade.

A partir da última década do século XX foram surgindo novas concepções que desencadearam discussões sobre a inclusão, o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência nas escolas. No entanto percebe-se que os princípios da inclusão muitas vezes ainda não são atingidos quando analisamos na prática o cotidiano escolar e a sociedade como um todo.

Nesta perspectiva, cabe analisar quais as políticas públicas que tratam da inclusão do estudante público-alvo da educação especial e quais as relações com a formação docente do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para Gomes (2012) a década de 1970 foi uma época decisiva para a formulação de uma política de Educação Especial com a criação do Centro Nacional de Educação Especial, que tinha como foco a formação docente acerca do atendimento educacional para estudantes da educação especial. Porém, não se observou grandes avanços realizados pelo Centro Nacional de Educação Especial com relação às orientações para o Atendimento Educacional Especializado, o que houveram foram algumas orientações pontuais realizadas pelas secretarias de educação de alguns estados (Mendes, 2010; Gomes, 2012; Kassar, 2011).

Com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), em 2008 o AEE é apresentado como um serviço complementar que busca atender às necessidades específicas do estudante com deficiência e estabelecer o trabalho pedagógico do docente especializado. De acordo com a Resolução nº 4 de 2009 o professor atuante neste serviço deverá:

- I -Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II -Elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III -Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno. (BRASIL, 2009, p. 3).



Os documentos orientadores regulamentam e especificam o trabalho com o atendimento educacional especializado e as formações necessárias para a atuação profissional tanto para os docentes denominados especializados, quanto para os que atuam em salas de aula regulares. Contudo, a atuação dos professores do AEE é desafiadora, pois muitas vezes a formação oferecida não é suficiente para lidar com todas as especificidades de cada estudante.

Neste sentido, o presente estudo busca compreender como estão especificadas nas políticas públicas atuais o trabalho com o atendimento educacional especializado e quais os desafios enfrentados por estes profissionais em sua prática.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para analisarmos as políticas públicas referentes à inclusão é necessário compreendermos que os documentos políticos não são elaborados de forma neutra e sim a partir de interesses de grupos políticos que, muitas vezes, estão a serviço do capital.

Neste sentido, pretende-se realizar uma análise crítica das políticas de educação especial e inclusiva principalmente no que se relaciona ao trabalho docente no atendimento educacional especializado. Será realizado um estudo descritivo com procedimentos de investigação bibliográficos e documentais.

Como procedimento metodológico, uma investigação com materiais históricos é fundamental (Thompson, 1981), uma vez que nas condições históricas e sociais atuais o processo de inclusão da pessoa com deficiência não apresenta garantias, pois como afirma Oliveira (1999, p. 55) “mesmo quando tenta integrar (incluir) a sociedade capitalista exclui.”

Assim será realizada a análise documental a partir do estudo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) principalmente no que se refere à oferta do AEE e nos direcionamentos referentes à formação do professor para a educação especial e de que forma os documentos têm assegurado a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares. A pesquisa bibliográfica será fundamentada nos estudos realizados pelos autores Mendes (2010), Kassar (2011) e Vaz (2013) que nos permite compreender as políticas públicas e os documentos normatizadores sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

Para analisarmos as políticas públicas referentes à inclusão é necessário compreendermos que os documentos políticos não são elaborados de forma neutra e sim a partir de interesses de grupos políticos que, muitas vezes, estão a serviço do capital.

Neste sentido, pretende-se realizar uma análise crítica das políticas de educação especial e inclusiva principalmente no que se relaciona ao trabalho docente no atendimento educacional especializado. Será realizado um estudo descritivo com procedimentos de investigação bibliográficos e documentais.



Como procedimento metodológico, uma investigação com materiais históricos é fundamental (Thompson, 1981), uma vez que nas condições históricas e sociais atuais o processo de inclusão da pessoa com deficiência não apresenta garantias, pois como afirma Oliveira (1999, p. 55) “mesmo quando tenta integrar (incluir) a sociedade capitalista exclui.”

Assim será realizada a análise documental a partir do estudo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) principalmente no que se refere à oferta do AEE e nos direcionamentos referentes à formação do professor para a educação especial e de que forma os documentos têm assegurado a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares. A pesquisa bibliográfica será fundamentada nos estudos realizados pelos autores Mendes (2010), Kassar (2011) e Vaz (2013) que nos permite compreender as políticas públicas e os documentos normatizadores sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

3 RESULTADOS

A inclusão escolar do estudante com deficiência tem se mostrado um desafio tanto para os sistemas de ensino quanto para os professores. Ao longo da história, verifica-se a existência de um modelo de educação que marginaliza e exclui tudo o que é visto como diferente, portanto é extremamente importante que existam políticas públicas que garantam o acesso e a permanência do estudante com deficiência na escola regular.

Para vivenciarmos o processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência é essencial que adotemos uma postura crítica, pois embora existam documentos normativos que tratem do assunto, na prática sabemos que são vários os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e pelos estudantes público-alvo da educação especial.

O atendimento educacional especializado estabelecido pelo Decreto 7.611/2011 e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) sugere a oferta de serviços educacionais que venham a complementar ou suplementar o trabalho desenvolvido nas classes comuns. O trabalho deverá ser desenvolvido no contraturno em Salas de Recursos Multifuncionais através do uso de materiais adaptados e tecnologias assistivas (Brasil, 2010).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial no que se refere à formação inicial dos profissionais do AEE os professores devem ter “conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimento específicos da área” (Brasil, 2008, p. 17).

Além de trabalhar com os estudantes no contraturno é também papel do professor do

AEE desenvolver materiais que possam ser utilizados nas aulas regulares. Para Vaz (2013) a multifuncionalidade deve ser expressa também nas ações desse profissional, no entanto para que este seja



um professor capacitado para essa multifuncionalidade necessita de uma política de formação que implemente estas atribuições.

Portanto, a atuação do docente no Atendimento Educacional Especializado deve ter em vista a mobilização de elementos para lidar com o múltiplo, dinâmico e complexo contexto escolar cotidiano (Stasczak; Santana, 2019. p. 9)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o documento referência para o processamento e efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade, porém o trabalho do professor de AEE na prática passa por diversos desafios. Muitos professores não recebem uma formação adequada para lidar com os estudantes com necessidades educacionais especiais. A falta de capacitação pode dificultar a adaptação do ensino e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que implementou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica, salienta a necessidade de disponibilizar o acesso e o atendimento aos estudantes com deficiência em todas as modalidades de ensino. Salienta ainda que é responsabilidade da escola buscar ações que visem o pleno atendimento a esse público. (Brasil, 2001).

Garantir um atendimento individualizado, considerando as necessidades específicas de cada estudante também se configura como um desafio já que o atendimento personalizado requer uma maior relação entre o aluno e o professor, que deverá estar apto para adaptar o currículo escolar para atender às necessidades do aluno com deficiência.

O discurso de uma educação para todos é um processo bastante subjetivo, sendo hoje apoiado por políticas públicas de acesso e permanência de todos os estudantes na escola, sabe-se que o trabalho docente é um importante propulsor do desenvolvimento integral do estudante com deficiência, neste sentido a formação continuada do profissional atuante no AEE deverá ser considerada pelos governos e documentos oficiais a fim de que cada vez mais tenhamos professores críticos e capazes de refletir sobre a sua própria prática e comprometidos com uma educação que seja realmente inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que no Brasil as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência passaram por avanços significativos nos últimos anos, principalmente com relação à garantia do acesso à escola comum, no entanto é perceptível que existe um longo caminho a ser trilhado no sentido de que os direitos dos estudantes com deficiência sejam de fato garantidos e o acesso à aprendizagem significativa ocorra de maneira realmente inclusiva.

O AEE é um serviço importante e que deve colaborar para a formação e autonomia dos estudantes de forma promissora e progressiva, porém sabe-se dos entraves que existem com relação à formação dos profissionais que atuam neste serviço.



O presente trabalho trouxe a reflexão sobre a não neutralidade das políticas públicas de educação especial que, muitas vezes, não contemplam as reais necessidades do estudante público-alvo da educação especial e, embora normatiza o Atendimento Educacional Especializado não trazem grandes contribuições na prática no que se relaciona à formação e aperfeiçoamento deste profissional.

Palavras-chave: Políticas públicas de inclusão, Atendimento educacional especializado, Formação de professores.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB no. 2, de 11 de setembro de 2001. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso: fev. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Curitiba. Educar em Revista, nº 41, p. 61 - 79, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: jan. 2024.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M.C. (orgs.). Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 55-81, 1999.

MENDES, Enicéia Gomes. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, v. 22, nº 57, mai./ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000208&pid=S010246982014000200300043&lng=en. Acesso em: Fev.. 2024.

STASCXAK, Francinalda Machado; SANTANA, Juliana Silva. Narrativas autobiográficas de professoras da educação básica: a constituição da identidade docente como processo permanente. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 1, nº 2, mai. 2019.

Disponível em:<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3512>. Acesso em: Jan. 2024.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

VAZ, Kamille. O Professor de Educação Especial nas Políticas de Perspectiva

Inclusiva no Brasil: concepções em disputa. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123143>. Acesso em: Fev. 2024.